

## ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

### PARECER

Item 48, Anexo I da Resolução Nº 27/2017.

Em atendimento à exigência contida da Resolução do TCE/PE, no que se refere às contas prestadas pelo Prefeito do Município de Tamandaré, Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 71, inciso I, da Constituição Federal, relativas ao exercício de 2017, notadamente no que ao cumprimento das disposições constitucionais e legais relativas a forma e ao conteúdo dos demonstrativos e demais documentos apresentados, foi possível observar que:

1. A prestação de contas foi elaborada com observância dos parâmetros da mencionada Resolução, tendo os demonstrativos contábeis e de gestão fiscal de acordo com os modelos e orientações definidos pela Lei Federal nº 4.320/1964, pela Secretaria do Tesouro Nacional e decisões emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;
2. A aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino representou um montante equivalente a **30,11%** a receita resultante de impostos, atendendo ao disposto no caput do artigo 212 da Constituição Federal;
3. A remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica atingiu **72,00%**, preenchendo os requisitos legais exigidos pelo artigo 22 da Lei Federal 11.494/2007.
4. Os recursos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde totalizaram **24,40%** dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, da Constituição Federal, atendendo ao disposto no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as ações e serviços públicos de saúde, foram disponibilizados para acesso de todos os cidadãos de forma igualitária, gratuita e universal, referidas ações e serviços anuíram com as metas explícitas no Plano de Saúde Municipal, a aplicação dos recursos estiveram sob a responsabilidade executiva do setor de saúde, as despesas com ações e serviços públicos de saúde foram movimentadas em fundo próprio da saúde, em cumprimento aos dispositivos legais do artigo 2º da LC 141/2012.
5. No tocante ao repasse do duodécimo, os valores repassados para Câmara Municipal para despesa do legislativo a qual se refere o artigo 29, caput da CF, **guardou** compatibilidade com o limite de 7% fixado no artigo 29-A da Constituição Federal.


Fonte: RREO 6º Bimestre/RGF 2º semestre - SICONFI  
Balancete Financeiro da Receita 12/2016.



6. O comportamento da despesa total com pessoal durante o exercício de 2017, **guardou** compatibilidade com os limites estabelecidos no artigo 20, inciso III, alínea “b” da Lei complementar n° 101/2000 no percentual de **50,47%**.
7. Sobre a Dívida Consolidada Líquida, conforme se depreende do Anexo **01**, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o percentual da Dívida Consolidada Líquida foi de **64,92%** do percentual determinado pela Resolução n° 40/2001 do Senado Federal, em seu Art. 3°, inciso II, não poderá exercer 1,2 (um inteiro e dois décimos), vezes a Receita Corrente Líquida, tendo o percentual da DCL, obedecendo ao limite fixado na supracitada resolução.
8. Com relação a operação de crédito, o Município **não** foi realizada nenhuma operação de crédito no exercício no qual se infere à Prestação de Contas.

É o parecer.

Tamandaré , 07 de Março de 2018.



**Elizabete Urbano de Freitas**  
Controladora do Controle Interno

Fonte: RREO 6º Bimestre 2017/RGF 2º semestre 2018 - SICONFI  
Balancete Financeiro da Receita 12/2017.